

A MUSEOLOGIA DECOLONIAL: A RELEVÂNCIA DO DEBATE RACIAL E PERIFÉRICO NOS MUSEUS BRASILEIROS

Stella Camille da Silva, Roberto Gomes Monção Junior.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, stellacamille443@gmail.com, roberto.moncao@univap.br

Resumo

A Museologia Decolonial é uma área de estudo que compreende as instituições museais por meio da ótica anticolonialista, entendendo a importância de se questionar os valores estabelecidos pela cultura europeia. No Brasil, instituições como o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus) são responsáveis por traçar a finalidade e responsabilidade das instituições museológicas, visando o compromisso com a diversidade, inclusão e sustentabilidade. Todavia, as estruturas e narrativas segregacionistas de alguns museus ainda se fazem presentes, excluindo uma parcela da população que também detém o direito de acesso aos eventos culturais: pessoas pretas e periféricas. O presente artigo teve como principal objetivo enfatizar a necessidade e importância de haver o debate antirracista e periférico nos museus brasileiros. A pesquisa concluiu que os espaços museais também devem representar a cultura das favelas e dos afrodescendentes, visto que estes grupos também são agentes ativos na identidade do país.

Palavras-chave: Antirracista, Periferia, Museu, Cultura.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas, Museologia.

Introdução

Ao longo de todo o globo, os museus são conhecidos por serem instituições de preservação da cultura, sendo por meio da exposição de obras de arte, da conservação de acervos museológicos ou pela promoção de eventos que fomentem a perpetuação da cultura de forma geral. A questão é que, em sua essência, o museu não foi criado com o intuito de ser uma instituição democrática e de acesso popular. Um rascunho do que futuramente seria um museu teve sua origem no século XVI e era conhecido como “Gabinete da Curiosidade”, visto que se tratava de apresentações de pequenas coleções particulares de restrito acesso, sendo estas práticas exclusivas das elites. (Heitor, 2023)

Os museus tiveram seu apogeu no século XIX, juntamente com a ideologia Iluminista aquela que entendeu o homem branco europeu enquanto centro da sabedoria científica. Será nessa perspectiva que Vergès (2023, p. 12) revela o destaque da figura de Napoleão Bonaparte, que por meio do saqueamento de objetos culturais dos territórios que dominou, criou o que hoje denomina-se Museu do Louvre, na França. Entende-se, desta maneira, que o auge das instituições museais possuem relação direta com os feitos da elite, não sendo pensadas enquanto espaços das minorias.

Dentro deste cenário, nasceu a Museologia. Sendo uma área recente de estudo que pode ser entendida enquanto uma ciência que desenvolve aspectos da finalidade de criação, gestão e preservação de museus e suas coleções. A existência deste campo de estudo é que permite, em um contexto brasileiro, um fluido debate entre instituições como o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus) e o ICOM (Conselho Internacional de Museus). Essas instituições são responsáveis, de maneira geral, pela elaboração do conceito de museus, visando estabelecer suas funções e responsabilidades. Segundo o ICOM (2022)

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética,

profissionalmente e com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (ICOM, 2022)

Se o papel de um museu é promover a acessibilidade e atender a diversidade em seu território, entende-se que existe um grupo populacional relevante que, historicamente, não usufruiu desses espaços: a população periférica. Segundo a Cufa (Central Única das Favelas, 2023), 67% das pessoas presentes nas favelas são negras. Entende-se, dessa forma, que o aspecto periférico está intrinsecamente ligado à classe dominada, alijada e de maioria negra. Os museus brasileiros acabam por não atender democraticamente esta parcela da população, sendo este um debate contemporâneo da Museologia e o principal foco de estudo desse artigo.

Metodologia

Este artigo pauta-se em uma análise qualitativa de caráter analítico sobre a temática racial no que tange a questão museológica. Utilizando como livro norteador “Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta”, de Françoise Vergè (2023), a pesquisa recorrerá a uma discussão bibliográfica de autores que abordam o âmbito Museal e as perspectivas do acesso à cultura das pessoas periféricas e negras aos museus, enfatizando novas maneiras de se pensar os museus enquanto espaços que devem ser ocupados por esses públicos e que devem ocupar territórios periféricos.

Discussão

Estudar os aspectos que permeiam pautas como periferia, raça e cultura, acaba por se tornar um estudo de diversas dimensões, sendo todas válidas e de grande contribuição ao conhecimento contemporâneo. Nessa perspectiva, é necessária a compreensão de qual é a realidade da cultura periférica no Brasil. O Brasil é um país de dimensão continental, sendo impossível aqui traçar um panorama da realidade cultural de todas as periferias existentes. Dessa forma, será utilizado como base produções que discorram esse debate dentro do cenário paulista a fim de que se possa realizar um estudo mais coeso e coerente.

Em primeira mão, vale ressaltar que a faixa etária que mais movimenta a questão cultural nas periferias são os jovens. Assim sendo, esse grupo específico é que tem se mobilizado dentro dos espaços culturais, reivindicando o acesso ao que lhe são ordinários: a cultura. Segundo o relatório “Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional” realizado pelo Ibase e Instituto Pólis (2009):

A principal demanda desses coletivos é o acesso à produção e à fruição cultural, vinculadas à educação de qualidade, tendo a sua própria ação como produtores de experiências culturais e educativas como referência. Esta demanda está relacionada à identificação de uma precariedade de oferta de equipamentos para fruição e acesso cultural e educativo nos bairros dos quais têm origem; mas também ao reconhecimento de que nesses territórios há uma cultura pulsante – oriunda da presença de moradores nordestinos e negros ou fruto de movimentações juvenis, como o hip hop – e pouco reconhecida e legitimada. Assim, a demanda dos jovens não é apenas por condições de uma produção cultural qualquer, mas pelo reconhecimento e incentivo de uma produção cultural autêntica, periférica, alternativa ou marginal. (Ibase; Instituto Pólis, 2009, p. 35)

Os complexos urbanos são compostos por espaços centrais de cunho comercial e, comumente, os espaços culturais acabam por se alojarem nestes respectivos territórios. Eis aqui o momento em que a questão da mobilidade urbana, cidadania e do direito à cultura atravessa a realidade dos municípios periféricos que acabam por não ter acesso aos mesmos programas e eventos que os moradores de regiões elitizadas possuem. Tal contexto propicia o surgimento de expressões como o hip hop, funk e o rap, visto que são característicos de periferias e acabam por serem consumidos e produzidos por esse público a fim de haver uma construção de identidade com produções de cunho cultural. (Almeida, 2013, p. 160)

Apesar desta pauta estar intrinsecamente ligada à mobilidade, a população periférica não reivindica somente sua circulação pelas áreas urbanas da cidade, mas sim a possibilidade de contribuírem com a construção da identidade em uma cidade que também os pertence. (opus cit, p. 170) Segundo Chauí

(2006, p. 138), essa nova proposta periférica volta-se a uma realidade em que a cultura não se resume aos padrões de mercado e à questão da desigualdade social, mas sim como ferramenta dos cidadãos enquanto sujeitos sociais e políticos.

Dentro de instituições como os museus é que esta minoria pode expressar suas próprias concepções artísticas e participar de um intercâmbio cultural, alimentando-se cada vez mais de suas origens e das bagagens de seus saberes e modos de expressão. Segundo Almeida (2013, p. 167), entender a resistência pelo viés da cultura é compreender que esta ação política, agora, faz parte do cotidiano.

Como mencionado, os dados apresentados pela Cufa (Central Única das Favelas, 2023) comprovam que a maior parte da população periférica é negra, ou seja, composta por pessoas pretas e pardas. Esses dados possibilitam um novo recorte de análise por ser atravessado pela causa racial. Ser uma pessoa negra e moradora de periferia faz com que outras mazelas sociais se façam presentes em sua realidade, gerando uma outra problemática no que tange o acesso dessa parcela populacional aos espaços de cultura, em específico os museus.

Discutir relação entre raça e museu acaba por proporcionar um debate mais complexo e de raízes mais profundas, visto que a questão racial no Brasil advém dos primórdios de sua história quando o racismo era o que fundamentava a divisão social. A existência das mazelas raciais em ambientes de cultura se dá pelo fato de, no Brasil, o racismo ser estrutural: por ter sido o fundamento da sociedade brasileira no período escravocrata, suas garras acabam por se fazerem presentes em todos os âmbitos sociais. (Almeida, 2019, p. 40).

Como mencionado, a instituição museal teve sua origem no auge das teorias eurocêntricas que acabavam por valorizar o saber do branco em detrimento ao saber negro. Com a expansão dos museus para o mundo além europeu, acabou-se por perpetuar princípios etnocêntricos que apenas no mundo contemporâneo foi colocado à prova a partir da teoria da museologia decolonial. Françoise Vergès (2023) desenvolve a partir de vasta pesquisa uma proposta de desordem total, em que todas as convicções coloniais do âmbito Museal fossem colocadas em xeque, ressaltando a questão da raça nesses espaços.

Importante aqui esclarecer o que são as teorias eurocêntricas. Quijano (2005, p. 127) define o eurocentrismo enquanto uma ideologia que naturaliza as diferenças culturais entre os grupos sociais por meio, também, da ideia de raça e que distorce a temporalidade, de forma com que toda produção não europeia seja vista como ultrapassada. O autor enfatiza, inclusive, de que maneira essa narrativa se deu na América Latina: a construção da imagem dos latinos por parte dos europeus impede, até os dias atuais, a formação de uma identidade social nítida e real. Essa estrutura colonialista nos faz pensar que “seguimos sendo o que não somos” (opus cit, p.130)

Voltando ao pensamento de Vergès (2023), a autora entende que o museu tradicional acaba por ser alimentado pela narrativa capitalista que beneficia a branquitude, entendendo a instituição não enquanto responsável pela manutenção de uma cultura, mas enquanto um espaço que detém bens de grande relevância para a elite, sendo um grupo que de maneira geral corrobora com a perpetuação e manutenção das estruturas racistas em espaços ditos de alta sociedade.

Atualmente, os museus vêm desenvolvendo novas perspectivas que trazem à tona não somente a pauta racial, mas todas as discussões que ressaltam a importância de se incluir outros grupos sociais nos projetos culturais. Exposições sobre a moda, culinária, idioma e modos de fazer do povo africano e afrodescendente se fazem mais presentes nesses espaços nos dias de hoje. Mesmo assim, Vergès (2023) aborda uma reflexão que se faz de extrema pertinência neste trabalho, sendo, inclusive, o ponto principal desse estudo.

O museu só aceita a presença de pessoas na forma de artefatos, imagens, sons e textos que desviem o público da realidade de sua presença física, de seus corpos com suas necessidades [...], da exploração que sofrem e que possibilita as visitas no museu - porque são eles/as que limpam o museu, e porque a extração de riqueza de seus países de origem contribui para o financiamento das instituições [...] (Vergès, 2023, p. 69)

A visão da autora acaba por provocar uma reflexão de suma importância para o debate que aqui está sendo recorrido. Apesar da maior frequência do debate racial e periférico dentro dos espaços museais, essas mesmas instituições acabam por indiretamente perpetuar seus princípios colonialistas ao trazerem esse público somente naquilo que está exposto. A narrativa de vida dessas pessoas marcadas pela desigualdade social acaba por serem utilizadas pelos museus enquanto uma medida

de proporcionar números de visitação e reconhecimento perante outras instituições ao invés de trazer de fato este público ao museu e fazer com que se sintam parte de um espaço que cotidianamente produz saberes e novos conceitos museológicos.

Como afirmado pela autora, pessoas pretas quando estão em espaços museológicos estão ocupando cargos da limpeza e outros serviços de ordem básica dentro da instituição, porém dificilmente em cargos de maior remuneração. Esse fato não se dá no Brasil como um mero acaso, sendo na verdade uma questão estudada pela Cida Bento, psicóloga e ativista brasileira, que discorre acerca do termo Pacto da Branquitude. O termo refere-se à manutenção por parte das elites brasileiras de uma hierarquização em todos os âmbitos, mas também no ambiente de trabalho, que coloca pessoas pretas em cargos de serviços braçais, impedindo-os de ascender dentro da instituição. (Bento, 2022, p. 18)

Vale ressaltar que este pacto permeia todos os âmbitos da sociedade, mas aqui nos cabe enfatizar como essa manutenção se dá nos espaços culturais. Ao falar sobre o Pacto da Branquitude, a autora não se refere a planejamentos estruturados e elaborados pela parcela branca da sociedade, mas sim aos benefícios sociais que herdaram socialmente por serem brancos e que, indiretamente, compactuam com esse sistema pois a sua posição de privilégio, no Brasil, é natural. Como pode-se observar:

O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo o que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir os outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos. (opus cit, p. 24)

Esta é a realidade brasileira e isso é o que permite a compreensão de como se dá o racismo estrutural no país. Retornando à tese de Vergès (2023), a escritora francesa, apesar de trazer sua perspectiva baseada em sua realidade europeia, revela muito sobre o cenário encontrado nos museus de outros lugares do globo. Outro apontamento realizado pela cientista política é o posicionamento que algumas empresas museais tomam em frente aos repertórios fomentados na sociedade atual. Visto que a autora propõe a ideia de desordem absoluta, acaba por afirmar a existência da chamada política de pacificação.

A política de pacificação usa a pessoa a ser pacificada como agente de sua própria pacificação, desvirtuando o antirracismo político, não combatendo o racismo de Estado nem as desigualdades profundas, manipulando o desejo de diferença e singularidade para corroborar o individualismo egoísta. As estratégias empregadas são o multiculturalismo, a democracia cultural, a inclusão e a diversidade, e [...] é importante que sejam compreendidas pelo papel que desempenham na reprodução das dominações e da instrumentalização das demandas de igualdade e justiça no museu e nas artes. (Vergès, 2023, p. 80)

Percebe-se, desta maneira, que os museus possuem um papel direto na formação da sociedade de seu entorno, podendo corroborar com narrativas colonialistas como a da democracia racial, mas podendo também possibilitar novas maneiras de se pensar o ambiente da cultura ao realizar, de fato, a inclusão da parcela populacional em questão em um ambiente historicamente projetado pela e para as elites. No Brasil, a Museologia vem sendo voltada às questões sociais do país que cotidianamente visam a valorização dos feitos afro centrados e consumidos pelos pertencentes às periferias. Nesse sentido, vale ressaltar o trabalho feito pelo Museu das Favelas, localizado na zona central da capital paulista.

Figura 1 – Museu das Favelas de São Paulo



Fonte: Veja (2024)

O Palácio do Campos Elísios, um edifício tombado, abriga atualmente o acervo do Museu das Favelas. Contrariando a concepção tradicional de um museu, defendem as produções culturais, artísticas e científicas das periferias do Brasil por meio de exposições e ações educativas voltadas para o público periférico, negro e quilombola com o objetivo de fomentar e engajar esse público na pesquisa e na difusão de conhecimentos. Sua proposta representa uma grande crítica às narrativas coloniais ao realizar, dentro de um edifício clássico, atividades que valorizem a historicidade do rap, funk e hip hop e outras produções da cultura negra, consideradas marginalizadas e que são inferiorizadas pela alta sociedade.

Figura 2 – Interior do Museu das Favelas de São Paulo



Fonte: Lugares de Memória (2023)

São instituições como o Museu das Favelas que possibilitam, de fato, a promoção de debates antirracistas e decoloniais na atual sociedade, colocando em prática o que a teoria Museal estipula que um museu deve realizar enquanto agente da educação e da cultura. Os saberes realizados pelo povo preto perpassam por sua realidade, tendo significativas marcas da realidade vivida nas periferias e na cultura desenvolvida em seu interior. Historicamente, esses saberes são desvalorizados e enxergados enquanto produções não dignas de ocuparem espaços museais, erroneamente entendidos como lugares de produções europeias ou que representam alto valor no mercado artístico.

O Brasil é movimentado pelo povo negro, visto que representam 56% da população brasileira (IBGE, 2022), e pela população periférica que cotidianamente perpassam pelos territórios do âmbito Museal e não se sentem pertencentes. Ao mesmo tempo, outra narrativa de suma relevância que cabe aqui ser citada é a importância de haver investimentos por parte dos museus em atividades extramuros, entendendo que, para além da ocupação de espaços museais por parte do povo periférico, deve haver também a ocupação do espaço periférico por parte dos órgãos culturais. Nesse caso, enfatiza-se o papel da museologia enquanto a área que deve prosseguir fomentando debates decoloniais visando a

efetiva prática da cidadania. A cultura é um direito. Novos caminhos para a mudança precisam passar pelas favelas.

Conclusão

Historicamente, os Museus são espaços arquitetados para as elites enquanto locais de exibição de grandes coleções e obras de grande valor. Com o passar dos anos, a finalidade de um Museu foi sendo alterada juntamente com a transformação da sociedade, resultando no que hoje compreendemos sobre o que são esses espaços culturais. Ao falar de cultura, é preciso falar de cidadania. Se a cultura é um direito de todos, a Museologia enquanto a área que estuda os espaços museais enfatiza a defasagem existente no que tange a diversidade e inclusão de uma parcela da população que urbanamente se movimenta cotidianamente: pessoas pretas periféricas. Os espaços museais também devem representar a cultura das favelas e dos afrodescendentes, visto que estes grupos também são agentes ativos na cultura do país. Atualmente, novas propostas museológicas se fazem presentes na tentativa de romper com a museologia colonial, trazendo as narrativas da população historicamente excluída desses espaços. Dessa forma, é preciso que os Museus de fato incluam essa minoria em seus projetos e planejamentos, a fim de corroborar com a ótica decolonial e fomentar debates antirracistas e de valorização da cultura periférica.

Referências

ALMEIDA, Renato Souza de. **Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 56, p. 151-172, jun. 2013.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS (Cufa). **Favela no Mapa**. São Paulo: Cufa, 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural e o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 138.

HEITOR, Gleyce Kelly. **Museu do território: o museu do pedaço**. Fundação Roberto Marinho, Co.Liga: 2023.

IBASE; PÓLIS. **Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional**, 2009, p. 35.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107 – 126, 2005.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu: programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu, 2023.